

Piracicaba-SP, 30 de março de 2021.

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Senhores:

1. Objetivando atender a Instrução Normativa nº 54, de 7/12/2020, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

Data Base:	12/2020
Documentos:	<ul style="list-style-type: none">✓ Balanço Patrimonial✓ Demonstração do Resultado✓ Demonstração do Resultado Abrangente✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa✓ Notas Explicativas✓ Relatório de Auditoria Independente✓ Relatório da Administração
Data publicação:	30/03/2021
Sítio eletrônico publicação:	www.cocre.com.br

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

Cooperativa de Crédito Cocre
CNPJ: 54.401.286/0001-46

Paulo Roberto Calixto Massarutto
Diretor Responsável pela Contabilidade

Michele Aparecida Tavares Pinto
Contadora/CRC – 1SP260623/O-9



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da **COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE - SICOOB COCRE**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020, a **SICOOB COCRE** completou 51 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o **SICOOB COCRE** obteve um resultado antes do pagamento dos juros ao capital e destinações, no valor de R\$ 9.216.984 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 7,80%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 462.336.850. Por sua vez a carteira de créditos representava o valor bruto de R\$ 332.176.617.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 94.547.451	28%
Carteira Comercial	R\$ 237.629.166	72%

Os Cinquenta Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 35% da carteira, no montante de R\$ 117.940.748.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 732.696.841, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 51%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos a vista	R\$ 155.177.900	21%
Depósitos Sob Aviso e a Prazo	R\$ 508.620.400	69%
LCA	R\$ 39.337.31	5%
LCI	R\$ 29.561.224	4%

Os Cinquenta Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 37% da captação, no montante de R\$ 272.317.024.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do **SICOOB COCRE** em 31/12/2020 era de R\$ 118.057.488. O quadro de associados era composto por 19.352 cooperados, havendo um acréscimo de 10% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL SÃO PAULO, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

A **SICOOB COCRE** adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL SÃO PAULO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.



8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL SÃO PAULO, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da **SICOOB COCRE** aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria da **SICOOB COCRE** registrou 66 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 66 reclamações, 17 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.



As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos.

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos nossos empregados, pela dedicação e comprometimento.

Piracicaba - SP, 09 de março de 2021

DocuSigned by:
Evandro Piedade do Amaral
22C02D756A364D6...

Evandro Piedade do Amaral
Presidente do Conselho de Administração

DocuSigned by:
Nivaldo José Camillo de Oliveira
A2D9B56E16504E0...

Nivaldo José Camillo de Oliveira
Diretor Executivo



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito Cocre - Sicoob Cocre
Piracicaba- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Cocre - Sicoob Cocre (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações das sobras, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Cocre - Sicoob Cocre em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC- 1SP214144/O-1

COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE - SICOOB COCRE
SICOOB COCRE
BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		899.695.887,11	651.944.026,30
Circulante		758.689.344,04	544.832.052,18
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	486.222.688,24	322.839.690,33
Disponibilidades		7.302.001,17	9.242.235,80
Centralização Financeira - Cooperativas	7	462.336.850,81	9.545.797,38
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.468.838,72	-
Títulos e Valores Mobiliários	6	15.114.997,54	304.051.657,15
Instrumentos Financeiros		82.831.802,15	30.501.276,43
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	25.150.268,76	30.501.276,43
Títulos e Valores Mobiliários		57.681.533,39	-
Operações de Crédito	8	187.407.694,64	189.943.064,47
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		120.787.134,91	116.456.982,97
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(12.065.658,01)	(5.429.449,59)
Financiamentos		12.551.749,56	10.517.141,33
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(1.343.582,71)	(354.282,80)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		67.993.542,58	69.700.815,44
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(515.491,69)	(948.142,88)
Outros Créditos	9	1.933.583,92	1.322.963,71
Créditos por Avals e Fianças Honradas		578.329,08	442.568,29
Rendas a Receber		494.075,96	512.182,32
Diversos		886.174,44	345.241,60
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		509.846,16	368.914,63
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(534.841,72)	(345.943,13)
Outros Valores e Bens	10	293.575,09	225.057,24
Despesas Antecipadas		293.575,09	225.057,24
Não Circulante		141.006.543,07	107.111.974,12
Realizável a Longo Prazo		120.688.602,12	88.877.223,91
Instrumentos Financeiros		-	814.594,36
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	-	814.594,36
Operações de Crédito	8	120.207.560,36	84.461.098,24
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		81.884.498,77	54.537.292,61
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(9.065.282,00)	(4.420.231,47)
Financiamentos		22.405.782,57	20.426.485,81
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(1.288.685,02)	(600.696,75)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		26.553.908,34	14.640.069,23
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(282.662,30)	(121.821,19)
Outros Créditos	9	101.041,76	149.531,31
Diversos		104.166,76	151.041,73
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.125,00)	(1.510,42)
Outros Valores e Bens	10	380.000,00	3.452.000,00
Outros Valores e Bens		380.000,00	3.452.000,00
Permanente		20.317.940,95	18.234.750,21
Investimentos	11	14.842.743,92	13.907.743,48
Participação em Cooperativa Central de Crédito		12.505.764,53	11.740.971,66
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		2.331.981,39	2.166.771,82
Outras Participações		4.998,00	-
Imobilizado de Uso	12	5.423.403,92	4.327.006,73
Imobilizado de Uso		8.025.619,52	6.129.583,64
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(2.602.215,60)	(1.802.576,91)
Intangível		51.793,11	-
Ativos Intangíveis		127.298,56	-
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(75.505,45)	-
Total do Ativo		899.695.887,11	651.944.026,30
PASSIVO		781.586.605,91	529.822.874,33
Circulante		758.474.214,41	502.630.991,86
Depósitos	13	663.403.114,42	445.626.677,50
Depósitos à Vista		155.177.899,68	73.540.480,16
Depósitos Sob Aviso		5.498.008,32	5.581.583,39
Depósitos à Prazo		502.727.206,42	366.504.613,95
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	57.810.879,06	19.738.309,34
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		28.249.654,84	19.738.309,34
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário		29.561.224,22	-
Relações Interfinanceiras	15	4.381.398,34	11.449.270,37
Repasse Interfinanceiros		4.381.398,34	11.449.270,37
Relações Interdependências	16	20.998.326,62	15.505.191,33
Recursos em Trânsito de Terceiros		20.998.326,62	15.505.191,33
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	25.980,93	32.557,36
Obrigações Por Repasses		25.980,93	32.557,36
Outras Obrigações	17	11.854.515,04	10.278.985,96
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		62.955,54	253.094,79
Sociais e Estatutárias	17.1	6.392.338,35	3.888.036,20
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	17.2	775.291,15	800.842,90
Diversas	17.3	4.623.930,00	5.337.012,07
Não Circulante		23.112.391,50	27.191.882,47
Depósitos	13	395.186,06	-
Depósitos à Prazo		395.186,06	-
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	11.087.661,08	19.008.218,85
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		11.087.661,08	19.008.218,85
Relações Interfinanceiras	15	11.169.210,31	7.734.020,46
Repasse Interfinanceiros		11.169.210,31	7.734.020,46
Outras Obrigações	17	458.151,18	448.583,38
Diversas	17.3	153.363,61	160.132,92
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	38	304.787,57	288.450,46
Receita de Exercício Futuros		2.182,87	1.059,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		118.109.281,20	122.121.151,97
Capital Social	19	53.731.844,86	57.774.804,46
De Domiciliados No País	19.a	53.770.883,36	57.799.142,96
(-) Capital A Realizar		(39.038,50)	(24.338,50)
Reserva de Sobras	19.b	59.937.466,51	55.970.734,07
Sobras ou Perdas Acumuladas	19.c	4.439.969,83	8.375.613,44
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		899.695.887,11	651.944.026,30
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		-	-

COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE - SICOOB COCRE
SICOOB COCRE
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		32.292.735,64	66.732.350,95	37.283.274,05	71.908.989,45
Operações de Crédito	22	27.245.563,66	55.615.751,55	26.937.014,61	51.322.492,99
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		253.057,21	699.511,49	-	-
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		271.530,93	4.481.020,54	10.139.247,15	20.127.111,57
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	-	-	14.742,15
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		4.522.583,84	5.936.067,37	207.012,29	444.642,74
Dispêndio da Intermediação Financeira	23	(17.436.150,94)	(33.047.488,94)	(16.259.882,23)	(34.000.807,14)
Operações de Captação no Mercado		(5.500.090,62)	(12.977.380,49)	(11.192.699,70)	(21.760.143,24)
Operações de Empréstimos e Repasses		(536.599,44)	(1.233.225,16)	(993.795,16)	(2.834.217,70)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(11.399.460,88)	(18.836.883,29)	(4.073.387,37)	(9.406.446,20)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		14.856.584,70	33.684.862,01	21.023.391,82	37.908.182,31
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(10.827.009,82)	(22.828.722,80)	(10.458.133,56)	(19.815.180,73)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	24	2.242.883,06	5.264.657,23	3.970.724,01	7.180.070,67
Rendas (Ingressos) de Tarifas	24	2.205.631,78	3.526.227,84	1.574.444,56	2.884.384,27
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	25	(10.914.536,22)	(20.850.023,76)	(9.902.099,70)	(18.883.059,84)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	26	(7.816.881,89)	(15.858.938,64)	(7.244.930,18)	(13.580.514,80)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(210.371,42)	(481.098,19)	(335.023,51)	(659.285,95)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	27	3.979.854,51	6.403.828,10	2.007.913,39	4.071.213,45
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	28	(377.267,66)	(783.357,38)	(479.777,54)	(568.363,41)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		58.000,00	(16.337,11)	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		5.678,02	(33.680,89)	(49.384,59)	(259.625,12)
Resultado Operacional		4.029.574,88	10.856.139,21	10.565.258,26	18.093.001,58
Outras Receitas e Despesas	29	(747.340,22)	(768.007,02)	(46.536,63)	(87.574,32)
Lucros em Transações com Valores e Bens		62.761,53	81.270,12	-	-
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(836.000,00)	(852.802,07)	(34.770,17)	(34.770,17)
Outras Receitas		36.602,05	53.458,86	8.499,76	19.052,38
Outras Despesas		(10.703,80)	(49.933,93)	(20.266,22)	(65.726,88)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		-	-	-	(6.129,65)
Resultado Antes da Tributação e Participações		3.282.234,66	10.088.132,19	10.518.721,63	18.005.427,26
Imposto de Rendas		59.355,94	-	(76.551,30)	(92.950,46)
Contribuição Social		4.781,11	(29.444,87)	(61.879,28)	(70.170,26)
Participações nos Resultados de Empregados		(1.595,27)	(841.703,33)	-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		3.344.776,44	9.216.983,99	10.380.291,05	17.842.306,54
Destinações Legais e Estatutárias		-	(3.632.702,59)	-	(6.852.774,64)
FATES	19.d	-	(807.267,24)	-	(1.522.838,81)
Reserva Legal	19.d	-	(2.825.435,35)	-	(5.329.935,83)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		3.344.776,44	5.584.281,40	10.380.291,05	10.989.531,90
Juros ao Capital	21	(1.144.311,57)	(1.144.311,57)	(2.613.918,46)	(2.613.918,46)
Sobras/Perdas Líquidas		2.200.464,87	4.439.969,83	7.766.372,59	8.375.613,44

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE - SICOOB COCRE
SICOOB COCRE
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		3.344.776,44	9.216.983,99	10.380.291,05	17.842.306,54
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		3.344.776,44	9.216.983,99	10.380.291,05	17.842.306,54

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE - SICOOB COCRE
SICOOB COCRE
DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital	Capital	Reserva de Capital	Reserva Legal	Estatutárias	Reservas de Sobras	Expansão	Outras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
Saldo em 31/12/2018	Notas	Capital Subscrito 59.458.686,87	Capital a Realizar (30.297,50)	-	50.107.933,61	-	-	-	7.883.991,41	117.420.314,39
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	2.365.197,42	-	-	-	-	(2.365.197,42)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.425.725,21)	(5.425.725,21)
Ao Capital	82.493,56	-	-	-	-	-	-	-	(82.493,56)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.575,22)	(10.575,22)
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.186.642,12	5.959,00	-	-	-	-	-	-	-	1.192.601,12
Por Devolução (-)	(5.480.945,24)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.480.945,24)
Estorno de Capital	(200,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	(200,00)
Cancelamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de Reservas	-	-	-	(1.832.332,79)	-	-	-	-	-	(1.832.332,79)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	-	-	-	17.842.306,54	17.842.306,54
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.613.918,46)	(2.613.918,46)
Subscrição de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital	2.596.251,51	-	-	-	-	-	-	-	-	2.596.251,51
IRRF sobre Juros ao Capital	(43.785,86)	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.785,86)
Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	19.d	-	-	5.329.935,83	-	-	-	-	(5.329.935,83)	-
Outros Fundos Estatutários	19.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F A T E S	19.d	-	-	-	-	-	-	-	(1.522.838,81)	(1.522.838,81)
Saldo em 31/12/2019	-	57.799.142,96	(24.338,50)	-	55.970.734,07	-	-	-	8.375.613,44	122.121.151,97
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	2.325.613,44	-	-	-	-	(2.325.613,44)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.961.959,97)	(5.961.959,97)
Ao Capital	84.337,97	-	-	-	-	-	-	-	(84.337,97)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.702,06)	(3.702,06)
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	773.725,52	(14.700,00)	-	-	-	-	-	-	-	759.025,52
Por Devolução (-)	(5.962.246,19)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.962.246,19)
Estorno de Capital	(1.400,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.400,00)
Cancelamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de Reservas	-	-	-	(1.184.316,35)	-	-	-	-	-	(1.184.316,35)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	-	-	-	9.216.983,99	9.216.983,99
Remuneração de Juros ao Capital:	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.144.311,57)	(1.144.311,57)
Subscrição de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital	1.081.650,92	-	-	-	-	-	-	-	-	1.081.650,92
IRRF sobre Juros ao Capital	(4.327,82)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.327,82)
Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	19.d	-	-	2.825.435,35	-	-	-	-	(2.825.435,35)	-
Outros Fundos Estatutários	19.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F A T E S	19.d	-	-	-	-	-	-	-	(807.267,24)	(807.267,24)
Saldo em 31/12/2020	-	53.770.883,36	(39.038,50)	-	59.937.466,51	-	-	-	4.439.969,83	118.109.281,20
Saldo em 30/06/2019	-	58.972.251,22	(25.843,50)	-	52.473.131,03	-	-	-	7.462.015,49	118.881.554,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	505.635,89	1.505,00	-	-	-	-	-	-	-	507.140,89
Por Devolução (-)	(4.231.209,90)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.231.209,90)
Estorno de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de Reservas	-	-	-	(1.832.332,79)	-	-	-	-	-	(1.832.332,79)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	-	-	-	10.380.291,05	10.380.291,05
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.613.918,46)	(2.613.918,46)
Subscrição de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital	2.596.251,51	-	-	-	-	-	-	-	-	2.596.251,51
IRRF sobre Juros ao Capital	(43.785,86)	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.785,86)
Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	19.d	-	-	5.329.935,83	-	-	-	-	(5.329.935,83)	-
Outros Fundos Estatutários	19.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F A T E S	19.d	-	-	-	-	-	-	-	(1.522.838,81)	(1.522.838,81)
Saldo em 31/12/2019	-	57.799.142,96	(24.338,50)	-	55.970.734,07	-	-	-	8.375.613,44	122.121.151,97
Saldo em 30/06/2020	-	57.339.480,91	(28.558,50)	-	55.970.734,07	-	-	-	14.247.820,99	127.529.477,47
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	2.325.613,44	-	-	-	-	(2.325.613,44)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.961.959,97)	(5.961.959,97)
Ao Capital	84.337,97	-	-	-	-	-	-	-	(84.337,97)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.702,06)	(3.702,06)
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	420.485,92	(10.480,00)	-	-	-	-	-	-	-	410.005,92
Por Devolução (-)	(5.149.744,54)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.149.744,54)
Estorno de Capital	(1.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.000,00)
Cancelamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de Reservas	-	-	-	(1.184.316,35)	-	-	-	-	-	(1.184.316,35)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	-	-	-	3.344.776,44	3.344.776,44
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.144.311,57)	(1.144.311,57)
Subscrição de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital	1.081.650,92	-	-	-	-	-	-	-	-	1.081.650,92
IRRF sobre Juros ao Capital	(4.327,82)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.327,82)
Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	19.d	-	-	2.825.435,35	-	-	-	-	(2.825.435,35)	-
Outros Fundos Estatutários	19.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F A T E S	19.d	-	-	-	-	-	-	-	(807.267,24)	(807.267,24)
Saldo em 31/12/2020	-	53.770.883,36	(39.038,50)	-	59.937.466,51	-	-	-	4.439.969,83	118.109.281,20

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE - SICOOB COCRE
SICOOB COCRE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		3.344.776,44	9.216.983,99	10.380.291,05	17.842.306,54
Juros ao Capital Recebido		(331.088,79)	(331.088,79)	(648.769,03)	(648.769,03)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(452.782,03)	-	(736.774,76)
Participações nos Resultados de Empregados		1.595,27	841.703,33	-	-
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		11.399.460,88	18.836.883,29	4.073.387,37	9.406.446,20
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		406.533,35	851.312,36	454.362,43	885.178,16
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		11.517,71	163.051,84	-	-
Depreciações e Amortizações		536.668,03	1.008.547,67	348.581,37	668.797,67
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		15.369.462,89	30.134.611,66	14.607.853,19	27.417.184,78
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	593.225,10	(297.886.055,12)	28.262.068,71	28.978.912,82
Títulos e Valores Mobiliários	6	(57.681.533,39)	246.370.123,76	0,33	(0,15)
Operações de Crédito	8	(14.610.612,53)	(52.047.975,58)	(35.021.632,66)	(66.527.579,96)
Outros Créditos	9	950.355,22	(562.130,66)	156.400,70	(285.002,60)
Outros Valores e Bens	10	2.884.880,56	3.003.482,15	227.528,96	(23.276,17)
Depósitos à Vista	13	45.046.098,55	81.637.419,52	10.686.148,44	20.982.759,03
Depósitos sob Aviso	13	(92.079,28)	(83.575,07)	(28.145,18)	(793.319,19)
Depósitos à Prazo	13	57.262.711,77	136.617.778,53	23.349.240,53	64.680.064,74
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	14	(4.180.037,06)	590.787,73	2.786.953,49	13.459.939,18
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	14	29.561.224,22	29.561.224,22	-	-
Resultado de Exercícios Futuros		1.053,08	1.123,09	(1.576,31)	(288,56)
Relações Interdependências	16	20.953.261,07	5.493.135,29	15.455.191,33	3.478.883,18
Relações Interfinanceiras	15	(5.468.876,71)	(3.632.682,18)	(28.574.609,47)	(30.648.775,61)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	(4.637,32)	(6.576,43)	(4.985,69)	(4.985,69)
Outras Obrigações	17	(1.343.029,58)	(1.385.837,35)	(944.665,45)	(2.125.889,69)
FATES Sobras Exercício	19.d	(807.267,24)	(807.267,24)	(1.522.838,81)	(1.522.838,81)
Imposto de Renda		59.355,94	-	(76.551,30)	(92.950,46)
Contribuição Social		4.781,11	(29.444,87)	(61.879,28)	(70.170,26)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		88.498.336,40	176.968.141,45	29.294.501,53	56.902.666,58
Recebimento Dividendos		-	165.209,15	-	198.787,42
Distribuição Sobras da Central		-	287.572,88	-	537.987,34
Recebimento de Juros ao Capital		331.088,79	331.088,79	648.769,03	648.769,03
Aquisição de Intangível		(30.781,27)	(51.793,11)	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(471.927,05)	(2.104.944,86)	(1.683.078,44)	(2.276.161,57)
Aquisição de investimentos		(409.624,29)	(935.000,44)	(1.574.138,05)	(2.378.431,84)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(581.243,82)	(2.307.867,59)	(2.608.447,46)	(3.269.049,62)
Aumento por Novos Aportes de Capital		410.005,92	759.025,52	507.140,89	1.192.601,12
Devolução de Capital à Cooperados		(5.149.744,54)	(5.962.246,19)	(4.231.209,90)	(5.480.945,24)
Estorno/Cancelamento de Capital		(1.000,00)	(1.400,00)	-	(200,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(3.702,06)	(3.702,06)	-	(10.575,22)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(5.961.959,97)	(5.961.959,97)	-	(5.425.725,21)
Juros ao Capital pago		1.081.650,92	1.081.650,92	2.596.251,51	2.596.251,51
IRRF sobre Juros ao Capital		(4.327,82)	(4.327,82)	(43.785,86)	(43.785,86)
Reversão de Reserva de Expansão		(1.184.316,35)	(1.184.316,35)	(1.832.332,79)	(1.832.332,79)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		(10.813.393,90)	(11.277.275,95)	(3.003.936,15)	(9.004.711,69)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		77.103.698,68	163.382.997,91	23.682.117,92	44.628.905,27
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		409.118.989,56	322.839.690,33	299.157.572,41	278.210.785,06
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		486.222.688,24	486.222.688,24	322.839.690,33	322.839.690,33
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		77.103.698,68	163.382.997,91	23.682.117,92	44.628.905,27

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE - SICOOB COCRE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE - SICOOB COCRE - SICOOB COCRE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **15/07/1969**, filiada à **CCC ESTADO SÃO PAULO – SICOOB SP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COCRE**, com sede na Avenida Comendador Luciano Guidotti, n. 1937, possui **20** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ARARAS - SP, CHARQUEADA - SP, IRACEMÁPOLIS - SP, SALTINHO - SP, COSMÓPOLIS - SP, RIO CLARO - SP, RIO DAS PEDRAS - SP, CHAVANTES - SP, PIRACICABA - SP, SANTA BÁRBARA D'OESTE - SP, SÃO PEDRO - SP, LARANJAL PAULISTA - SP, SUMARÉ - SP, SERRA NEGRA - SP, MOGI MIRIM - SP.**

O **SICOOB COCRE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 29/01/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações contábeis obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações contábeis em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE - SICOOB COCRE junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB SP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

x) Resultado abrangente

Resultado abrangente: toda a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários, são divulgados como resultado abrangente.

y) Resultados não recorrentes

São considerados como resultado não recorrente as receitas e despesas que não estão relacionadas com as atividades da instituição, e que não estão previstas para ocorrer com frequência nos exercícios seguintes.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	7.302.001,17	9.242.235,80
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.468.838,72	-
Relações interfinanceiras - centralização financeira (i)	462.336.850,81	9.545.797,38
Títulos e valores mobiliários	15.114.997,54	304.051.657,15
TOTAL	486.222.688,24	322.839.690,33

(i) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. No decorrer do primeiro semestre de 2020, ocorreu a transferência de recursos aplicados em Títulos e Valores Mobiliários – DI, para a Centralização Financeira (salvo as aplicações que tratam de garantias), alterando também, a remuneração diária de 95% do CDI do dia para 100% do CDI dia. (Nota 7).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas Com Garantia (a)	26.563.440,03	55.667,45	30.501.276,43	814.594,36
TOTAL	26.563.440,03	55.667,45	30.501.276,43	814.594,36

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração de aproximadamente 100% do CDI. Estas aplicações estão dadas em garantia de operações de crédito rural junto ao Bancoob S/A.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez no exercício findo em 31/12/2020 foi R\$ 699.511,49 e em 31/12/2019, R\$ 14.119.063,30.

6. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	14.469.711,10	50.268.442,61	304.051.657,15	-
Cotas de Fundos de Investimento	8.058.377,22	-	-	-
TOTAL	22.528.088,32	50.268.442,61	304.051.657,15	-

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB SP**, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. No decorrer do primeiro semestre de 2020, ocorreu a transferência de recursos aplicados em Títulos e Valores Mobiliários – DI, para a Centralização Financeira (salvo as aplicações que tratam de garantias), alterando também, a remuneração diária de 95% do CDI do dia para 100% do CDI.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 4.481.020,54 e R\$ 20.127.111,57.

Abaixo a composição por situação de prazo:

Aging	31/12/2020	31/12/2019
Até 90 dias	15.114.997,54	304.051.657,15
De 91 a 360	7.413.090,78	0,00
Acima de 361	50.268.442,61	0,00

7. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Centralização Financeira - Cooperativas	462.336.850,81	9.545.797,38
TOTAL	462.336.850,81	9.545.797,38

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob SP, conforme determinado no art. 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015. A centralização financeira é remunerada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício em ingressos de depósitos intercooperativos, rendimentos no montante de R\$ 5.936.067,37 (R\$ 444.642,74 em 2019).

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	120.787.134,91	81.884.498,77	202.671.633,68	170.994.275,58
Financiamentos	12.551.749,56	22.405.782,57	34.957.532,13	30.943.627,14
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	67.993.542,58	26.553.908,34	94.547.450,92	84.340.884,67
Total de Operações de Crédito	201.332.427,05	130.844.189,68	332.176.616,73	286.278.787,39
(-) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(13.924.732,41)	(10.636.629,32)	(24.561.361,73)	(11.874.624,68)
TOTAL	187.407.694,64	120.207.560,36	307.615.255,00	274.404.162,71

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	13.684.816,07	1540.817,45	27.039.776,79	42.265.410,31	-	24.292.500,97	-
A	0,50%	Normal	48.016.333,85	3.806.327,12	44.919.765,91	96.742.426,88	-	99.852.267,17	-
B	1%	Normal	47.296.818,35	16.028.426,41	17.761.114,89	81.086.359,65	-	77.858.290,09	-
B	1%	Vencidas	6.518.798,07	-	-	6.518.798,07	-	2.674.903,06	-
C	3%	Normal	41946.533,27	9.669.328,49	1643.208,94	53.259.070,70	-	41.376.085,59	-
C	3%	Vencidas	2.173.688,80	203.661,78	144.344,12	2.521.694,70	-	5.150.683,76	-
D	10%	Normal	17.950.762,83	1497.260,77	2.996.580,95	22.444.604,55	-	15.233.753,38	-
D	10%	Vencidas	3.670.820,44	8.023,35	-	3.678.843,79	-	6.837.049,71	-
E	30%	Normal	2.770.616,07	97.780,36	-	2.868.396,43	-	5.020.460,00	-
E	30%	Vencidas	1.078.564,27	-	-	1.078.564,27	-	1.527.560,16	-
F	50%	Normal	1857.586,74	47.120,99	-	1904.707,73	-	1.410.405,04	-
F	50%	Vencidas	937.661,29	117.077,76	-	1.054.739,05	-	967.207,93	-
G	70%	Normal	1.119.016,27	83.556,87	-	1.202.573,14	-	236.158,44	-
G	70%	Vencidas	394.569,32	72.801,32	-	467.370,64	-	642.796,48	-
H	100%	Normal	6.847.094,96	107.671,90	42.659,32	6.997.426,18	-	551.581,48	-
H	100%	Vencidas	6.407.953,08	1677.677,56	-	8.085.630,64	-	2.647.084,13	-
Total Normal			181.489.578,41	32.878.290,36	94.373.868,76	308.770.975,57	- 14.788.616,10	265.831.502,16	- 6.970.442,68
Total Vencidos			21.182.055,27	2.079.241,77	144.344,12	23.405.641,16	- 9.772.452,10	20.447.285,23	- 4.903.888,20
Total Geral			202.671.633,68	34.957.532,13	94.518.212,88	332.176.616,73	- 24.561.068,20	286.278.787,39	- 11.874.330,88
Provisões			- 21.130.940,01	- 2.632.267,73	- 798.153,99	- 24.561.361,73		- 11.874.624,68	
Total Líquido			181.540.693,67	32.325.264,40	93.720.058,89	307.615.255,00		274.404.162,71	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	Até 90		De 91 a 360		Acima de 360		Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	57.441.571,74	61.904.468,00	63.345.563,17	54.408.292,00	81.884.498,77	54.681.515,00	202.671.633,68	170.994.275,00
Financiamentos	3.676.721,39	3.069.709,00	8.875.028,17	7.447.432,00	22.405.782,57	20.426.486,00	34.957.532,13	30.943.627,00
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.823.691,58	3.589.960,00	65.169.851,00	66.078.299,00	26.553.908,34	14.672.626,00	94.547.450,92	84.340.885,39
TOTAL	63.941.984,71	68.564.137,00	137.390.442,34	127.934.023,00	130.844.189,68	89.780.627,00	332.176.616,73	286.278.787,39

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/T D	Financiame nto	Financiament o Rurais	31/12/2020	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	26.429.505,22	1.341.099,3 1	5.263.191,25	33.033.795,78	26.802.344,00	10%
Setor Privado - Indústria	13.792.812,09	1.093.517,8 3	0	14.886.329,92	15.340.847,00	4%
Setor Privado - Serviços	94.908.259,34	23.339.792, 32	0	118.248.051,66	92.835.257,00	36%
Pessoa Física	55.648.231,83	8.474.710,8 5	89.078.136,11	153.201.078,79	124.536.122,00	46%
Outros	11.892.825,20	708.411,82	206.123,56	12.807.360,58	26.764.217,39	4%
TOTAL	202.671.633,68	34.957.532, 13	94.547.450,92	332.176.616,73	286.278.787,39	100%

e) Movimentação da provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito :

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(11.874.624)	(7.777.203)
Constituições	(28.352.251)	(15.617.852)
Reversões	12.060.723	6.657.061
Transferência para prejuízo	3.604.790	4.863.370
TOTAL	(24.561.362)	(11.874.624)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	7.508.203,41	2,00%	8.987.244,43	3,00%
10 Maiores Devedores	48.505.459,67	15,00%	49.189.771,19	17,00%
50 Maiores Devedores	117.940.747,89	35,00%	117.212.966,07	41,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	42.915.958,29	43.936.160,84
Valor das operações transferidas no período	4.279.759,32	956.824,82
Valor das operações recuperadas no período	(686.088,96)	(1.397.396,55)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(2.003.109,87)	(579.630,82)
TOTAL	44.506.518,78	42.915.958,29

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2020** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 87.555.733,57** (2019 – R\$ 18.999.206), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

9. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	578.329,08	0,00	442.568,29	0,00
Rendas a Receber (b)				
Serviços prestados a receber	474.572,26	0,00	422.050,06	0,00
Outras rendas a receber	19.503,70	0,00	90.132,26	0,00
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	81.826,80	0,00	5.061,97	0,00
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	8.128,69	0,00	195.656,64	0,00
Devedores por compra de valores e bens (c)	663.349,90	104.166,76	-	151.041,73
Impostos e contribuições a compensar (d)	509.846,16	0,00	368.914,63	0,00
Títulos e créditos a receber (e)	96.962,15	0,00	43.121,79	0,00
Devedores diversos – país	35.906,90	0,00	101.401,20	0,00
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito (b)	(534.841,72)	(3.125,00)	(345.943,13)	(1.510,42)
TOTAL	1.933.583,92	101.041,76	1.322.963,71	149.531,31

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em rendas a receber estão registrados os valores referentes aos convênios com bancos e empresas para recebimento de contas como: energia elétrica, saneamento, telecomunicações, tributos municipais, estaduais e federais, entre outros, de liquidez dentro de 90 dias.

(c) Em devedores por compra de valores e bens estão registrados títulos a receber pela venda de imóveis obtidos em dação de pagamento de operação de crédito.

(d) Em impostos e contribuições a compensar estão registrados substancialmente, os valores a recuperar de imposto de renda e contribuição social, apurados com base no lucro real.

(e) Em títulos e créditos a receber estão registrados os valores a receber de tarifas.

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Referem-se às realizações dos avais e fianças honrados, devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber.

10. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio (a)	0,00	380.000,00	0,00	3.452.000,00
Despesas Antecipadas (b)	293.575,09	0,00	225.057,24	0,00
TOTAL	293.575,09	380.000,00	225.057,24	3.452.000,00

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	12.505.764,53	11.740.971,66
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (b)	2.331.981,39	2.166.771,82
Outras Participações	4.998,00	0,00
TOTAL	14.842.743,92	13.907.743,48

(a) Refere-se a cotas de capital integralizadas no Sicoob São Paulo.

(b) Refere-se a ações preferenciais do Bancoob, avaliadas pelo custo.

O quadro abaixo representa a movimentação dos investimentos:

	SICOOB SP	BANCOOB	SICOOBSP Corretora	Ativos SicoobSP Securitizadora	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	10.414.572	1.114.740	-	-	11.529.312
Aumento de investimentos	1.326.400	1.052.032			2.378.432
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.740.972	2.166.772	-	-	13.907.743
Aumento de investimentos	764.793	165.210	2.499	2.499	935.000
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.505.765	2.331.981	2.499	2.499	14.842.744
 Saldos em 1º de julho de 2020	 12.101.138	 2.331.981,39	 -	 -	 14.433.120
Aumento de investimentos	404.626		2.499	2.499	409.624
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.505.765	2.331.981	2.499	2.499	14.842.744

12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.938.425,03	2.715.190,17
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		- 869.785,40	- 536.454,12
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.513.042,90	2.744.213,92
Sistema de Segurança	10%	478.251,59	421.895,39
Sistema de Transporte	20%	95.900,00	248.284,16
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		- 1.732.430,20	- 1.266.122,79
TOTAL		5.423.403,92	4.327.006,73

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
-----------	------------	---------------------	------------	---------------------

Depósito à Vista	155.177.899,68		73.540.480,16	
Depósito Sob Aviso	5.498.008,32	0,15	5.581.583,39	0,33
Depósito a Prazo	503.122.392,48	0,15	366.504.613,95	0,35
TOTAL	663.798.300,48		445.626.677,50	

Abaixo o Aging dos depósitos:

Depósitos	2020	2019
Até 90 dias	514.647.903,35	445.626.677,50
De 91 a 360	30.800.698,12	0,00
Acima de 360	32.070.338,81	0,00

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	45.196.370,25	7,00%	29.115.710,16	6,00%
10 Maiores Depositantes	179.039.753,99	26,00%	103.389.836,28	23,00%
50 Maiores Depositantes	272.317.024,63	40,00%	176.965.700,29	39,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(53.054,10)	(147.897,42)	(150.927,16)	(333.265,69)
Despesas de Depósitos a Prazo	(4.448.918,64)	(10.830.754,23)	(9.749.570,70)	(19.020.504,80)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(378.658,20)	(999.479,41)	(928.496,17)	(1.736.131,54)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(117.857,12)	(117.857,12)	0,00	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(501.602,56)	(881.392,31)	(363.705,67)	(670.241,21)
TOTAL	(5.500.090,62)	(12.977.380,49)	(11.192.699,70)	(21.760.143,24)

14. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	39.337.315,92	38.746.528,19
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	29.561.224,22	0,00
TOTAL	68.898.540,14	38.746.528,00

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	2020	Taxa média	2º sem/19	2019	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(378.658,20)	(999.479,41)	0,14	(928.496,17)	(1.736.131,54)	0,32
Despesa Letras De Crédito do Imobiliário	(117.857,12)	(117.857,12)	0,14	0,00	0,00	0,00

15. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	31/12/2020		31/12/2019	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	4,00% a 9,38% a.a.	4.512.514,48	12.679.741,87	12.273.442,16	8.959.475,42
(-) Despesa a apropriar Bancoob		(131.116,14)	(1.510.531,56)	(824.171,79)	(1.225.454,96)
TOTAL		4.381.398,34	11.169.210,31	11.449.270,37	7.734.020,46

a) As despesas dessas transações resultaram em 31/12/2020, no montante de R\$ 1.233.225,16, 2019 R\$ 2.833.189,00 com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de “Operações de Empréstimos e Repasses”.

16. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança de Terceiros em Trânsito	2.937,55	0,00	0,00	0,00
Ordens de Pagamento (a)	20.995.357,22	0,00	15.505.191,33	0,00
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	31,85	0,00	0,00	0,00
TOTAL	20.998.326,62	0,00	15.505.191,33	0,00

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros, aguardando a liquidação via compensação.

17. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	62.955,54	0,00	253.094,79	0,00
Sociais e Estatutárias	6.392.338,35	0,00	3.888.036,20	0,00
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	775.291,15	0,00	800.842,90	0,00
Diversas	4.623.930,00	458.151,18	5.337.012,07	448.583,38
TOTAL	11.854.515,04	458.151,18	10.278.985,96	448.583,38

17.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nos Lucros	713.304,44	0,00	0,00	0,00
Resultado de Atos com Associados (a)	1.187.603,70	0,00	1.526.396,87	0,00
Resultado de Atos com não associados	1.382.503,90	0,00	1.382.503,90	0,00
Cotas de Capital a Pagar (b)	3.108.926,31	0,00	979.135,43	0,00
TOTAL	6.392.338,35	0,00	3.888.036,20	0,00

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do

BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

17.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	51.002,44	0,00	48.733,11	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	640.643,66	0,00	542.249,94	0,00
Outros	83.645,05	0,00	209.859,85	0,00
TOTAL	775.291,15	0,00	800.842,90	0,00

17.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	31.314,19	0,00	233.946,34	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (b)	914.006,52	0,00	702.926,43	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	2.383.276,87	0,00	2.928.473,48	0,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	547.414,17	153.363,61	506.963,97	160.132,92
Credores Diversos – País (e)	747.918,25	0,00	964.701,85	0,00
TOTAL	4.623.930,00	153.363,61	5.337.012,07	160.132,92

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas junto a fornecedores.

(b) Referem-se às obrigações de pagamentos das contas salário.

(c) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e administrativas.

(d) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 35.919.929,53 (R\$ 30.238.715,50 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(e) Em credores diversos estão registradas pendências a regularizar junto ao Bancoob, relacionados aos serviços de compensação e, substancialmente, pelo recebimento de vendas parceladas de BNDU.

18. Instrumentos financeiros

O **SICOOB COCRE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	53.731.844,86	57.774.804,46
Associados	19.352	17.554

b) Fundo de reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 35%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades

c) Utilização de Reserva legal

Baseado no artigo 28 da lei 5.764/71, a Cooperativa destinou parte de sua reserva para efetuar abertura de novos postos de atendimento (PAs) e benfeitorias nas cidades de Piracicaba (PA's 13 – R\$ 42.160,61, 18 – R\$ 527.924,16, 19 – R\$ 22.997,60), Mogi Mirim (PA 21 – R\$ 363.137,45) e Serra Negra (PA 20 – R\$228.096,53).

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16/07/2020, os cooperados deliberaram pela distribuição de sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de **R\$ 5.961.959,97** aos cooperados, mediante crédito em conta corrente, e R\$ 2.325.613,44 destinado a Reserva Legal.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	8.072.672,42	15.228.388,08
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES		
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	8.072.672,42	15.228.388,08
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 35%	(2.825.435,35)	(5.329.935,83)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(807.267,24)	(1.522.838,81)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	4.439.969,83	8.375.613,44

20. Resultado de ato não cooperativo

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Receita de prestação de serviços	2.335.190,95	5.864.539,11
Despesas específicas de atos não cooperativos	(439.560,55)	(663.492,11)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(941.029,24)	(2.031.752,35)
Resultado bruto do ato não cooperativo	954.601,16	3.169.294,65

21. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ **1.144.311,57**, equivalente a 73% da variação da SELIC. No exercício de **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ **2.613.918,46**, equivalente a 76% da variação da SELIC.

22. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	173.586,13	391.287,66	241.525,11	477.513,70
Rendas De Empréstimos	19.023.900,59	38.672.687,88	18.250.489,11	34.595.246,98
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	1.558.480,75	3.719.782,35	2.447.723,79	4.242.689,21
Rendas De Financiamentos	2.356.441,53	4.619.134,29	2.207.653,62	3.940.160,66
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	2.922.563,90	6.193.923,65	2.505.744,65	3.917.152,33
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	142.725,78	330.301,88	307.973,18	805.667,08
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	323.337,90	497.680,01	386.496,57	1.164.596,32
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	53.140,07	281.651,10	231.445,46	713.589,42
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	691.387,01	909.302,73	357.963,12	1.465.877,29
TOTAL	27.245.563,66	55.615.751,55	26.937.014,61	51.322.492,99

23. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(5.500.090,62)	(12.977.380,49)	(11.192.699,70)	(21.760.143,24)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(536.599,44)	(1.233.225,16)	(993.795,16)	(2.834.217,70)
Provisões para Operações de Crédito	(16.782.426,25)	(26.843.977,76)	(8.143.547,33)	(15.617.852,42)
Provisões para Outros Créditos	(332.697,76)	(863.535,03)	(318.049,99)	(473.185,94)
Reversão para Operações de Crédito e para Outros Créditos	5.715.663,13	8.870.629,5	4.388.209,95	5.799.414,3
TOTAL	(17.436.150,94)	(33.047.488,94)	(16.259.882,23)	(34.885.985,00)

24. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	1.144.329,12	2.176.841,90	1.067.864,09	1.945.864,63
Rendas de Serviços de Custódia	45.986,07	96.398,07	51.628,36	58.964,06
Rendas de Transferências de Fundos	0,00	480,67	104.870,42	188.849,00
Rendas de outros serviços	1.050.623,31	2.987.713,70	2.744.784,83	4.984.317,31
Rendas de Garantias Prestadas	1.944,56	3.222,89	1.576,31	2.075,67
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	48,00	48,00	60,00	60,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	382.217,70	730.499,10	345.267,05	645.471,91
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1.290,00	1.830,00	690,00	840,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.822.076,08	2.793.850,74	1.228.427,51	2.238.012,36
TOTAL	4.448.514,84	8.790.885,07	5.545.168,57	10.064.454,94

25. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários- Conselho Fiscal	(44.000,00)	(80.000,00)	(42.000,00)	(100.000,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.099.507,19)	(2.042.236,13)	(1.092.078,85)	(1.996.662,12)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.705.179,61)	(3.231.451,13)	(1.515.383,49)	(2.832.905,80)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.389.755,92)	(4.542.054,18)	(1.827.006,72)	(3.493.488,74)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.675.061,70)	(10.952.500,12)	(5.425.630,64)	(10.460.003,18)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(1.031,80)	(1.782,20)	0,00	0,00
TOTAL	(10.914.536,22)	(20.850.023,76)	(9.902.099,70)	(18.883.059,84)

26. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(141.849,04)	(278.925,07)	(94.385,60)	(207.034,75)
Despesas de Aluguéis	(926.570,39)	(1.720.220,55)	(678.107,75)	(1.279.255,37)
Despesas de Comunicações	(441.810,91)	(866.705,35)	(442.517,62)	(860.845,72)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(169.654,44)	(284.314,60)	(295.608,38)	(476.458,42)
Despesas de Material	(108.769,36)	(272.323,43)	(112.274,02)	(261.460,06)
Despesas de Processamento de Dados	(1.144.064,06)	(2.193.036,95)	(676.007,90)	(1.228.570,37)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(208.614,47)	(567.629,19)	(66.430,71)	(132.639,87)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(76.808,33)	(245.224,69)	(306.873,82)	(694.507,10)
Despesas de Publicações	(2.241,40)	(6.724,80)	0,00	0,00
Despesas de Seguros	(176.034,18)	(321.415,93)	(103.757,59)	(199.324,98)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(846.060,96)	(1.772.024,52)	(845.523,17)	(1.579.392,87)
Despesas de Serviços de Terceiros	(492.342,35)	(919.152,71)	(565.743,67)	(943.214,67)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.000.004,73)	(1.862.446,80)	(669.209,78)	(1.338.845,03)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(403.287,26)	(1.117.151,34)	(215.130,94)	(441.875,96)
Despesas de Transporte	(402.276,86)	(919.704,50)	(450.532,59)	(797.567,76)
Despesas de Viagem no País	(57.468,16)	(226.305,85)	(189.065,17)	(335.622,69)
Despesas de Depreciação	(536.668,03)	(1.008.547,67)	(348.581,37)	(668.797,67)
Outras Despesas Administrativas	(411.344,59)	(721.831,50)	(909.686,63)	(1.475.263,21)
Emolumentos judiciais e cartorários	(97.031,71)	(179.319,55)	(82.374,73)	(234.553,79)
Contribuição a OCE	(82.635,00)	(162.135,00)	(80.714,25)	(140.694,00)
Rateio de despesas da Central	0,00	0,00	(2.917,26)	(5.896,14)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(91.345,66)	(213.798,64)	(109.487,23)	(278.694,37)
TOTAL	(7.816.881,89)	(15.858.938,64)	(7.244.930,18)	(13.580.514,80)

27. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	209.332,43	256.251,60	56.996,99	134.288,89
Dividendos	0,00	165.209,15	0,00	198.787,42
Deduções e abatimentos	431,74	21.914,96	2.024,09	15.080,28
Distribuição de sobras da central	0,00	287.572,88	0,00	537.987,34
Rendas de repasses Del Credere	72.424,37	161.685,45	112.943,46	196.392,53
Outras rendas operacionais	3.225.197,55	4.472.570,16	734.743,93	867.635,40
Rendas oriundas de cartões de crédito	472.468,42	1.038.623,90	1.101.204,92	2.121.041,59
TOTAL	3.979.854,51	6.403.828,10	2.007.913,39	4.071.213,45

28. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(66.820,31)	(97.413,92)	(22.941,48)	(52.500,00)
Despesas de Recursos do PROAGRO	0,00	0,00	0,00	(0,76)
Outras Despesas Operacionais	(259.881,64)	(592.816,81)	(418.240,99)	(461.804,24)
Descontos concedidos - operações de crédito	(6.852,53)	(7.355,25)	(8.662,50)	(8.779,09)
Cancelamento - tarifas pendentes	(43.713,18)	(85.771,40)	(29.932,57)	(45.279,32)
TOTAL	(377.267,66)	(783.357,38)	(479.777,54)	(568.363,41)

29. Outras receitas e despesas

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	62.761,53	81.270,12	0,00	0,00
Ganhos de Capital	23.252,13	26.242,75	1.599,76	11.652,38
Outras Rendas	13.349,92	27.216,11	6.900,00	7.400,00
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(836.000,00)	(852.802,07)	(34.770,17)	(34.770,17)
(-) Perdas de Capital	(1.787,72)	(22.821,39)	(4.740,22)	(50.200,88)
(-) Despesas de Provisões - outras	0,00	0,00	0,00	(6.129,65)
(-) Outras Despesas	(8.916,08)	(27.112,54)	(15.526,00)	(15.526,00)
Resultado Líquido	(747.340,22)	(768.007,02)	(46.536,63)	(87.574,32)

30. Resultado Não Recorrente

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Lucros na alienação de BNDU	62.761,53	81.270,12	0,00	0,00
Prejuízos na alienação de BNDU	(836.000,00)	(852.802,07)	(34.770,17)	(34.770,17)
TOTAL	(773.238,47)	(771.531,95)	(34.770,17)	(34.770,17)

31. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020 e 2019**:

Montante das Operações Ativas - 2020	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	4.701.192,53	0,7619%	10.343,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	427.644,08	0,0693%	1.302,50
TOTAL	5.128.836,61	0,8312%	11.645,50
Montante das Operações Passivas	7.198.637,99	1,0176%	

Montante das Operações Ativas - 2019	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	6.625.329	1,01%	26.078
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	405.767	0,06%	624
TOTAL	7.031.097	1,07%	26.702
Montante das Operações Passivas	7.435.983	1,45%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020 e 2019**:

Natureza da Operação de Crédito - 2020	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	29,16	0,15	0,0008%
Conta Garantida	34.908,72	1.047,21	0,4681%
Financiamentos Rurais	3.044.488,31	123,94	3,2209%
Empréstimos	246.041,77	6.460,42	0,1375%
Financiamentos	262.198,80	1.876,77	0,7500%

Natureza dos Depósitos - 2020	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média a.m. - %
Depósitos a Vista	1.757.068,55	1,1360%	0%
Depósitos a Prazo	8.957.127,29	1,7611%	0,15%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	253.394,74	0,3678%	0,14%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	159.108,81	0,2309%	0,14%

Natureza da Operação de Crédito - 2019	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	3.818	19	0,08%
Conta Garantida	16.848	485	0,17%
Financiamentos Rurais	3.988.555	14.282	4,73%
Empréstimos	516.379	11.255	0,38%
Financiamentos	52.260	1.568	0,17%

Natureza dos Depósitos - 2019	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média a.m. - %
Depósitos a Vista	3.818	19	0,08%
Depósitos a Prazo	16.848	485	0,17%

Receitas e Despesas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas de Operações de Crédito	19.597,64	20.960,41
Despesas de Captação	14.110,12	24.415,84

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	0,7971%
Financiamentos Rurais - repasses	1,0500%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	0,15%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,14%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,14%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,6401%
Crédito Rural (modalidades)	0,6590%
Aplicações Financeiras	1,0176%

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Garantida	31.863.241,26
Empréstimos	3.869.957,83
Financiamentos	613.783,24

h) No exercício de **2020** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)	2020	2019
Honorários	(2.122.236,13)	(2.182.839,00)
Encargos sociais	(358.141,58)	(389.462,44)
Plano de Saúde	(27.019,48)	(12.626,84)

32. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO COCRE - SICOOB COCRE - SICOOB COCRE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC ESTADO SÃO PAULO - SICOOB SP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB SP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB SP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COCRE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB SP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB SP**:

Descrição	2020	2019
-----------	------	------

Ativo	532.524.148,73	325.338.426,00
Títulos e valores mobiliários	57.681.533,39	304.051.657,00
Centralização financeira	462.336.850,81	9.545.797,00
Investimentos	12.505.764,53	11.740.972,00
Resultado	10.633.179,16	18.572.273,00
Títulos de renda fixa	4.366.023,00	16.940.874,00
Ingressos de depósitos intercooperativos	5.936.067,37	444.643,00
Distribuição das sobras	287.572,88	537.987,34
Remuneração Juros ao Capital	331.088,79	648.769,03

33. SicoobSP Corretora de Seguros Ltda.

No decorrer do Exercício de 2020, foi constituída a SicoobSP Corretora de Seguros, sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos. A participação do Sicoob Cocre em 31 de dezembro de 2020 era de 2,50% nas cotas de capital integralizadas, no total de R\$ 2.499,00.

34. Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda.

No decorrer do Exercício de 2020, foi constituída a Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda., sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. A sociedade tem por objetivo social a compra e administração de operações de crédito, aquisições de bens móveis e imóveis e participação em outras sociedades. A participação do Sicoob Cocre em 31 de dezembro de 2020 era de 2,50% nas cotas de capital integralizadas, no total de R\$ 2.499,00.

35. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

35.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

35.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

35.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

35.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

35.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

36. Seguros contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2020	2019
Patrimônio de Referência	118.057.488,09	122.121.152,00
RWA – Regime Prudencial Simplificado	577.823.081,01	476.097.580,73
Índice de Basileia %	19,53	24,01

Em 16 de março de 2020, o Banco Central do Brasil – BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.783/2020, que estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACPConservação de que trata a Resolução CMN nº 4.193/2013. No período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021, haverá a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACPConservação) de 2,5% para 1,25%, trazendo o percentual mínimo para o Índice de Basileia para 9,25% a partir de 1/4/2020. Esse percentual irá aumentar gradualmente em datas estabelecidas, retornando a 10,5% em 1/4/2022.

38. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	150.000,00	40.000,00
Trabalhistas	154.787,57	248.450,46
TOTAL	304.787,57	288.450,46

a) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COCRE**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando em 31 de dezembro de 2020 R\$ 417.307,69 (R\$ 355.971,00 em 31 de dezembro 2019). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

b) O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

39. Eventos subsequentes

Em 1º de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória n. 1.034, majorando até 31 de dezembro de 2021, as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras. Para as cooperativas de crédito, o percentual passará de 15% para 20%, a partir de julho de 2021.

40. Benefícios a empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade complementar patrocinada. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da Cooperativa são equivalentes a no máximo 6% do salário, equivalentes ao montante de R\$ 412.005,91 (2019 – R\$ 366.452,00).

PIRACICABA-SP

Evandro Piedade do Amaral
Presidente do Conselho de Administração

Paulo Roberto Calixto Massaruto
Diretor Administrativo Financeiro

Michele Aparecida Tavares Pinto
Contadora CRC 1SP260623/O-9

